



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT**  
*Conselho de Recursos Tributários – CRT*  
**1ª. Câmara de Julgamento**

**RESOLUÇÃO Nº: 207 / 2015**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE: 05/12/2014 (158ª SESSÃO)**  
**PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/0412/2011 AI Nº 1/201021255**  
**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e S. DOS SANTOS SILVA**  
**RECORRIDO: AMBOS**  
**CONS.RELATOR: FRANCISCO IVANILDO ALMEIDA DE FRANÇA**

**EMENTA: MULTA AUTÔNOMA – REMESSA – EMPRESA BAIXADA NO CGF – NULIDADE – INOCORRÊNCIA.** Venda de mercadorias para empresas baixada no CGF. Feito fiscal, após afastada as preliminares de nulidades, julgado **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, por haver dentre as Notas Fiscais apontadas como irregulares, algumas que o CGF dos destinatários, na data da emissão, encontravam-se ativos. Nos termos da decisão proferida em 1ª Instância e Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. **CONHECIDO AMBOS OS RECURSOS. NÃO PROVIDOS. POR UNANIMIDADE DE VOTOS.**

**RELATÓRIO:**

O feito fiscal objeto da lide, acusa a autuada, cujo relato transcreve-se a seguir:

A firma vendeu para empresa baixada no Cadastro Geral da Fazenda, conforme listagem anexa às Informações Complementares, no montante de R\$ 714.092,27.

O autuante elegeu como infringido o artigo 92 c/c o artigo 170, inciso II, alínea “i” do Decreto nº 24.569/97, com penalidade prevista no artigo 123, inciso III, alínea “k” da Lei nº 12.670/96.

Conselheiro Relator: Francisco Ivanildo Almeida de França

Pág. 1/7

Às fls. 09/13 o autuante juntou Planilha em que elenca as operações de vendas da Autuada para empresas INATIVAS no Cadastro Geral da Fazenda – CGF.

Nas Informações Complementares o agente reitera o feito e demonstra o Crédito tributário resultante da ação fiscal: (fls.03/05)

Base de Cálculo = R\$ 714.092,27

MULTA (20%).....R\$ 142.818,45

A empresa apresentou Impugnação às fls. 23/28.

O julgador singular decidiu pela PARCIAL PROCEDENCIA da ação fiscal em razão de algumas empresas estarem Ativas quando da emissão das notas fiscais, motivo pelo qual houve redução na multa. (fls.33/40)

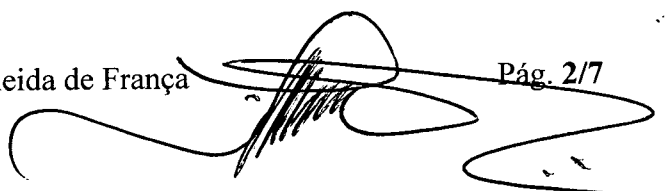
Por ser a decisão contrária, em parte, aos interesses da Fazenda Estadual e ser o valor originário exigido no Auto de Infração superior a 5.000 (cinco mil) Ufirces, o Julgador Singular interpôs Recurso de Ofício para o Conselho de Recursos Tributários, nos termos do art. 44, inciso I, da Lei nº 12.732/97.

Insatisfeita com a decisão singular, a empresa apresenta Recurso Voluntário alegando o seguinte: (fls.64/69)

1. Que o auto de infração é nulo por violação aos incisos XI e XIV do artigo 33 do Decreto nº 25.468/99.
2. Que o auto de infração é nulo por não assegurar ao contribuinte o direito a espontaneidade.
3. Que a empresa não tem o dever de fiscalizar se seus clientes mantem ou não o CGF Ativo.

Ao final, requer a nulidade ou improcedência da ação fiscal.

A Consultoria Tributária, através do Parecer de N° 281/2014 opinou pelo conhecimento de ambos os Recursos, negando-lhes provimento, a fim de que



seja confirmada a decisão proferida na Instância Singular que foi pela PARCIAL PROCEDENCIA do lançamento.

A douta Procuradoria Geral do Estado acatou *in totum* o Parecer da consultoria tributária.

É o relatório.

#### VOTO DO RELATOR:

Compulsando os autos, observa-se que o feito fiscal se deu em razão da empresa autuada haver emitido Notas Fiscais para empresas Baixada no Cadastro Geral da Fazenda – CGF no exercício de 2008 no montante de R\$ 714.092,27 o que resultou na multa autônoma de R\$ 142.818,45.

Em sua defesa a Recorrente alega “que o auto de infração é nulo por violação aos incisos XI e XIV do artigo 33 do Decreto nº 25.468/99”.

Tal alegativa não procede, pois o Relato constante no auto de infração é bastante claro, tendo sido indicado os artigos infringidos e a penalidade cabível, não havendo que se falar em cerceamento ao direito de defesa, tendo a Autuante observado o que determina os incisos XI e XIV do artigo 33 do Decreto nº 25.468/99, *in verbis*:

Art. 33. O auto de infração será numerado e emitido por meio de sistema eletrônico de processamento de dados, sem rasuras, entrelinhas ou borrões e deverá conter os seguintes elementos:

(...)

XI - descrição clara e precisa do fato que motivou a autuação e das circunstâncias em que foi praticado e, se necessário à melhor elucidação da ocorrência, o registro dos fatos e elementos contábeis e fiscais, em anexo do auto de infração, ou ainda, fotocópia de documentos comprobatórios da infração; (grifou-se)


(...)

XIV – indicação expressa dos dispositivos legais e regulamentares infringidos e dos que cominem a respectiva pena pecuniária;

A recorrente alega “que o auto de infração é nulo por não assegurar ao contribuinte o direito a espontaneidade”.

Conselheiro Relator: Francisco Ivanildo Almeida de Franca

Pág. 3/7



Tal alegativa não procede, pois uma vez iniciado o procedimento fiscalizatório, não há que se falar em direito à espontaneidade.

Por fim, a Recorrente aduz “que a empresa não tem o dever de fiscalizar se seus clientes mantem ou não o CGF Ativo.”

Ante tal argumento, cumpre informar que a Secretaria da Fazenda disponibiliza, por meio de sua pagina na internet [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br), na opção: “Serviços Online” – “SINTEGRA”, consulta publica ao Cadastro do Estado do Ceará no qual o interessado informa a Inscrição Estadual (CGF) ou o CNPJ que deseja saber a situação cadastral.

À titulo de ilustração, a Consultoria Tributária acostou aos autos consulta do SINTEGRA referente a uma das empresas para a qual a recorrente emitiu as notas fiscais (ANTONIO ALVES DE LIMA – MICROEMPRESA, CGF 06.048798-4), tendo o Sistema informado o seguinte: (fls.75) onde indica que a mesma encontra-se baixada/excluída do CGF desde 02/07/2004.

Como se vê, a Recorrente tinha a sua disposição um instrumento de consulta para verificar a situação cadastral de seu pretenso comprador.

Observa-se ainda que a maioria das Notas Fiscais objeto da autuação foram emitidas para duas empresas: Mega Comércio e Representação de Alimentos e para F. Leandro Oliveira Nunes, sendo que, para esta, foram emitidas mais da metade de todas as Notas Fiscais objeto da autuação.

O Decreto nº 24.569/97 RICMS estabelece no art. 170 o uso do CGF na Nota Fiscal, *in verbis*:

Art. 170. A nota fiscal conterá, nos quadros e campos próprios, observada a disposição gráfica dos modelos 1 e 1-A, as seguintes indicações:

(...)

II - no quadro "destinatário/remetente":

(...)

i) **número de inscrição estadual**, quando for o caso.”

Já a Instrução Normativa nº 033/93, que consolidou os procedimentos referentes ao Cadastro Geral da Fazenda – CGF, dispõe que a inscrição quando

baixada ou excluída perde a validade e sua utilização constitui ato ilícito (art. 31, § único).

A Lei nº 12.670/96 prescreve no artigo 123, inciso III, alínea “k”, in verbis:

Art. 123. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:  
(...)

III - relativamente à documentação e à escrituração:

(...)

k) entregar, remeter, transportar ou receber mercadorias destinados a contribuintes baixados do C.G.F.: multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação;

conclui-se, portanto, que a infração está devidamente caracterizada, restando as alegações da Recorrente insubsistentes e desprovidas de amparo legal.

Entretanto, conforme já informou o Julgador Singular, e confirmado pela Consultoria Tributária, deve ser excluído do Relatório anexado às fls. 09/13, as notas fiscais nºs 23606, 32842, 31644 e 31543, emitidas para as empresas JOSÉ WILDONE VIEIRA COSTA (06.097529-6), M G L OLIVEIRA PANIFICAÇÃO (06.871262-6), J W HOLANDA ALVES (06.180819-9) e F E SANTOS RODRIGUES ME (06.202813-8), respectivamente, visto que, quando da emissão das citadas notas fiscais, a baixa das empresas destinatárias ainda não tinha sido efetivada.

O que resultou na redução da base de calculo, passando de R\$ 714.092,27 como apontada pelo autuante, para R\$ 707.326,77 conforme decisão singular.

Após análise das questões levantadas pela recorrente, em obediência aos Princípios Constitucionais regentes da Administração Pública (art. 37, *caput*, da CF/88) e ao Princípio da Verdade Material, princípio este, norteador do Processo Administrativo Tributário, não detectamos no feito fiscal, nenhum vício seja formal ou material, mesmo não alegado pela recorrente, que pudesse invalidar tal ato.

**Isto posto**, conheço de ambos os recursos, negando-lhes provimento, reconhecendo a **PARCIAL PROCEDÊNCIA** do feito fiscal, nos termos do

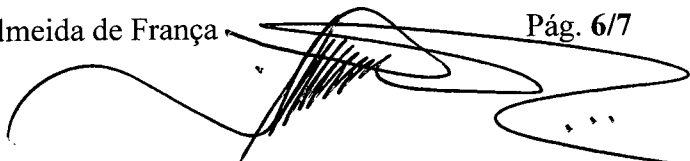
julgamento proferido em 1ª Instância e de acordo com o parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta PGE.

**DEMONSTRATIVO DO LANÇAMENTO:**

BASE DE CÁLCULO: R\$ 707.326,77

MULTA (20%): R\$ 141.465,35

É como voto.



**DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e **S. DOS SANTOS SILVA** recorrido **AMBOS**.

**RESOLVEM**, os membros da Primeira Câmara do Conselho de Recursos Tributários, sob a presidência da Dra. Francisca Marta de Sousa, após conhecer dos recursos interpostos, resolve preliminarmente, com relação às preliminares arguidas pela recorrente, quais sejam: 1. nulidade por não ter assegurado ao contribuinte a espontaneidade; 2. cerceamento do direito de defesa. Preliminares afastadas, por decisão unânime, com base nos fundamentos contidos no parecer da Consultoria Tributária. No mérito, resolve, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, confirmando a decisão **PARCIALMENTECONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 23 de 02 de 2015.

Francisca Marta de Sousa  
Presidente

Matheus Viana Neto  
Procurador do Estado

Alexandre Mendes de Sousa  
Conselheiro

Anneline Magalhães Torres  
Conselheira

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto  
Conselheiro

José Gonçalves Feitosa  
Conselheiro

Francisco Ivanildo de Almeida França  
Conselheiro Relator

Vanessa Albuquerque Valente  
Conselheira

Francisco José de Oliveira Silva  
Conselheiro

André Arraes de Aquino Martins  
Conselheiro